

AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA TERRITORIAL E DO PROTAGONISMO JUVENIL

INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES IN GEOGRAPHICAL EDUCATION AND THE CONSTRUCTION OF TERRITORIAL CITIZENSHIP AND YOUTH PROTAGONISM

Emanuella Cruz Barbosa Vieira¹

Resumo: A presente investigação visa analisar o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na Educação Geográfica como importante ferramenta no desenvolvimento da cidadania, da aprendizagem significativa e do protagonismo juvenil, permitindo construir experiências de ensino/aprendizagem mais motivadoras, aproximando a escola dos interesses

dos alunos, buscou-se compreender como a utilização das TIC propicia a construção de uma cidadania territorial numa perspectiva de apropriação e intervenção sobre o espaço local. Para isso, foi analisado o projeto Nós Propomos: Cidadania e Inovação na Educação Geográfica da Universidade de Lisboa e a disciplina Núcleo de Trabalho, Pesquisas e Práticas Sociais (NTPPS), desen-

¹ Secretaria de Educação do Estado do Ceará/ Universidade de Lisboa

volvido pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará, ambos trabalhados em associação na Escola de Ensino Médio Dona Hilza Diogo de Oliveira, em Fortaleza, no Ceará.

Palavras-chave: TIC; Cidadania Territorial, Protagonismo Juvenil; NTPPS; Nós Propomos.

Abstract: The present research aims to analyze the use of Information and Communication Technologies (ICT) in Geographic Education as an important tool in the development of citizenship, meaningful learning and youth protagonism, allowing the construction of more motivating teaching/learning experiences, bringing schools closer to interests. of students, we sought to understand how the use of ICT provides the construction of territorial ci-

tizenship from a perspective of appropriation and intervention in the local space. For this, the project We Propose: Citizenship and Innovation in Geographic Education at the University of Lisbon and the Nucleus of Work, Research and Social Practices (NTPPS), developed by the Department of Education of the State of Ceará, both worked in association at the University of Lisbon, were analyzed. High School Dona Hilza Diogo de Oliveira, in Fortaleza, Ceará.

Keywords: ICT; Territorial Citizenship, Youth Protagonism; NTPPS; We Propose.

INTRODUÇÃO

Vivenciamos um período de recomendações e estabelecimento de diretrizes e de estra-

tégias que utilizam o potencial das Tecnologias de Informação e Comunicação no intuito de promover melhorias no ensino e na aprendizagem e de concretizar as orientações curriculares (Carlos, 2015). Dessa forma, os principais atores escolares, alunos e professores, passaram a apresentar atitudes mais ativas, além de desenvolver competências no intuito de contribuir na resolução de problemas, desenvolvimento do pensamento crítico, participação e interação no mundo global extremamente competitivo (Coutinho e Lisboa, 2011; Basquerote Silva, 2020).

As TIC e a Educação Geográfica estão ligadas com a sociedade tecnologizada, pois desempenha papel fundamental na formação do aluno, uma vez que, o instiga a observar, compreender, perceber as transformações

espaciais, ler, analisar, interpretar a realidade de maneira crítica a realidade, cumprindo seu papel de cidadão e de protagonista de sua aprendizagem.

O trabalho que apresentamos analisa a contribuição das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na Educação Geográfica, para a construção da cidadania territorial e do protagonismo juvenil. Esta pesquisa origina-se de duas ideias centrais; a primeira é sobre o uso da tecnologia como habilidade para o aprendizado, segundo a Base nacional Curricular Comum (BNCC) há duas competências principais; uma diz respeito ao uso das linguagens tecnológicas e digitais, a outra fala em utilizar a tecnologia de maneira significativa, reflexiva e ética, resolver problemas e exercer seu protagonismo. A segunda ideia, refere-se

às potencialidades das TIC na transformação da prática docente, contribuindo para promoção de rupturas com as práticas estabelecidas, aproximando a escola do cotidiano dos alunos, por meio de sua integração no ensino e aprendizagem tendo em vista a prática da cidadania territorial.

Faz-se uma discussão sobre os trabalhos desenvolvidos na disciplina de Geografia por alunos de 08 turmas de ensino médio da Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira, localizada em Fortaleza, Ceará, no ano 2020, que envolveu o projeto de extensão Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa e o projeto Núcleo de Trabalho, Pesquisas e Práticas Sociais (NTPPS), da Secretaria de Educação do Estado

do Ceará.

Os projetos mencionados possuem os objetivos de promover a autonomia estudantil, o protagonismo juvenil, a aprendizagem significativa, a investigação como princípio pedagógico, a partir da identificação dos principais problemas locais e de propostas de alternativas fundamentadas para resolução dos mesmos, dessa forma, propiciar o desenvolvimento de uma cidadania territorial local que se inicia na escola e no diálogo com a comunidade (Claudino e Mendonça, 2017).

AS TIC NA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA

O acelerado avanço da ciência e da tecnologia gerou impactos na sociedade, esta, por sua vez, tornou-se globalizada e tec-

nologizada, a conjuntura da atual sociedade é resultado de mudanças espaciais e temporais, que contribuíram para as transformações da dinâmica social.

Dessa forma, o relatório da UNESCO (1996, p.27), “Educação, um tesouro a descobrir”, ressalta a utilização e aplicação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na educação, e aconselha “que os sistemas educativos devem dar respostas aos múltiplos desafios das sociedades da informação, na perspectiva de um enriquecimento contínuo dos saberes e do exercício de uma cidadania adaptada às exigências do nosso tempo”.

Nesse cenário, as TIC propiciaram o levantamento de demandas em várias áreas de interesse público, inclusive no educacional, que é um dos segmentos da sociedade que mais

recebe influência das tecnologias, que implica em desafios cotidianos, uma vez que, promove mudanças no tempo e no espaço, sendo necessário o uso de dispositivos para desenvolver análises geográficas e transformações nas ações de professores e alunos, exigindo maior rapidez na reflexão e na ação educativa, possibilitando que os alunos alcancem a aprendizagem significativa.

Segundo Cachinho (2004), a Geografia está inserida entre as disciplinas escolares que tem o maior potencial na formação dos jovens, sendo importante analisar suas potencialidades e a maneira como a tecnologia poderá proporcionar uma contribuição no seu processo de aprendizagem. Com a utilização das TIC e o desenvolvimento de pesquisas científicas, a Educação Geográfica tornou-se responsável pela

reflexão e discussão de maneiras de ler e interpretar o espaço geográfico, o que é imprescindível para a compreensão do mundo globalizado.

Construir a Educação geográfica demanda um grande empenho, o de ir além do simples ensinar Geografia ‘passando os conteúdos’, exige o esforço de buscar a aprendizagem significativa dos conteúdos, numa perspectiva de uma educação ministrada ao longo da vida (Callai, 2011).

A aproximação do cotidiano do aluno com o currículo escolar, e a contextualização com o conhecimento científico, busca o protagonismo juvenil produzido principalmente no meio acadêmico para a construção do saber geográfico na escola de forma a fomentar a aprendizagem significativa, numa perspectiva

de cidadania, dando destaque à força do lugar.

CIDADANIA TERRITORIAL E PROTAGONISMO JUVENIL

As intensas mudanças no espaço geográfico provocaram fortes impactos, que tornou sua compreensão mais complexa, dessa forma, faz-se imprescindível a compreensão global e sua relação com a sociedade da informação e com a economia do conhecimento de maneira a responder adequadamente às demandas dos principais atores escolares, alunos e professores, considerando as competências e o desenvolvimento da cidadania (Costa,2010).

Esteves (2010) considera que a cidadania é uma relação de pertencimento a uma comu-

nidade, que se encontra territorialmente delimitada, em que alguns valores são compartilhados, assim como direitos e regras de organização social. A cidadania está associada aos direitos e deveres exercidos por um indivíduo em sociedade (Pena, 2021).

Existe uma forte ligação entre cidadania e educação. Nesse contexto, Cachinho e Reis (2007), valorizam a educação para a cidadania como determinante pelas complexidades e desafios do nosso tempo, que exige a revitalização da democracia. Ela repercute na vida pública e na responsabilidade dos cidadãos diante à comunidade em que os mesmos pertencem.

Com a utilização das TIC, o avanço nas pesquisas científicas, as transformações ocorridas no território, a Educação Geográfica tornou-se indis-

pensável para a compreensão do mundo atual, pois suas potencialidades fazem com que os alunos percebam seu papel de cidadão. Dessa forma, A Educação Geográfica torna-se indispensável para o desenvolvimento da cidadania ativa no presente e no futuro, pois constrói e reconstrói conhecimentos, habilidades e valores que ampliam a capacidade dos indivíduos compreenderem o mundo em que vivem e atuam, numa escola sistematizada como um espaço aberto e vivo de culturas (Vesentini, 2009; Cavalcanti, 2012; EUGEO, 2013; Souto e Claudino, 2014).

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) traz a responsabilidade e a educação para a cidadania uma competência associada a todas as áreas do conhecimento. Dessa forma, as Ciências Humanas, em especial

a Educação Geográfica apresenta relações mais estreitas com a cidadania (Claudino e Cosncurão, 2021). Uma vez que, a formação de jovens cidadãos reflexivos envolve a compreensão do funcionamento do mundo, o que pode ser propiciado pela capacidade de entendimento dos processos geográficos, alargando a potencialidade dos alunos enquanto cidadãos conscientes, pois permite a reflexão, a tomada de decisão e participação na sociedade, e o uso das tecnologias fornece novas oportunidades e estratégias no processo de aprendizagem e de atuação competente nesta sociedade na sociedade (Para Machon e Walkington 2000; Lambert, 2017; Martins, 2017)

Consideramos, assim, que a educação geográfica proporciona uma dimensão territorial à educação para a cidadania,

que envolve os conceitos de território, justiça espacial, escola cidadã e comunidade. O conceito de cidadania territorial foi criado no âmbito do Projeto Nós Propomos! e que Claudino (2019, p. 382), define como a “participação responsável nas tomadas de decisão sobre os problemas comunitários de base espacial”. O conceito referido também é utilizado no projeto Núcleo de Trabalho Políticas e Práticas Sociais (NTPPS), nas escolas públicas de ensino Médio do estado do Ceará.

CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO E ATIVIDADES REALIZADAS

De acordo com os Protótipos Curriculares de Ensino Médio e Ensino Médio Integrado da UNESCO, que foi utilizado

como referência para a implementação do NTPPS nas escolas apresentam o currículo desta etapa de ensino voltado para o mundo do trabalho e à prática social.

Ele está desenhado para garantir aprendizagens necessárias ao desenvolvimento de conhecimentos, atitudes, valores e capacidades básicas para o exercício de todo e qualquer tipo de trabalho. Valorizando a continuidade de estudos, procura preparar o jovem para enfrentar os problemas da vida cotidiana e participar na definição de rumos coletivos, promovendo o aperfeiçoamento dos valores humanos

e das relações pessoais e comunitárias. (UNESCO, 2011, p.6).

Os Protótipos Curriculares também indicam que a pesquisa conectada ao trabalho,

[...] será instrumento de articulação entre o saber acumulado pela humanidade e as propostas de trabalho que estarão no centro do currículo. Como forma de produzir conhecimento e como crítica da realidade, a pesquisa apoiar-se-á nas áreas de conhecimento ou nas disciplinas escolares para o desenho da metodologia e

dos instrumentos de investigação, para a identificação das variáveis de estudo e para a interpretação dos resultados. A análise dos resultados da pesquisa, também apoiada pelas áreas ou pelas disciplinas, apontará as atividades de transformação (trabalho) que são necessárias e possíveis de serem concretizadas pela comunidade escolar. (UNESCO, 2011, p. 9).

Nesta direção, a investigação presente ocorreu por meio de diálogos com a comunidade escolar para implementação do projeto, estudos sobre competên-

cias socioemocionais dos alunos, identificação dos problemas do local, suas respectivas análises, criação e apresentação de um plano de ação para resolução do problema identificado e a elaboração de um projeto de pesquisa sobre o tema escolhido.

O desenvolvimento do projeto em 2020 foi dificultado por causa da pandemia do Novo Coronavírus, impactando em todos os setores da sociedade, evidenciando todo cenário de desigualdade nacional, e no âmbito educacional ficou cada vez mais patente os reflexos dessa desigualdade, trazendo à tona situações bastante complicadas, como a falta de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação, impactando no ensino e na aprendizagem dos alunos, muitos professores não tinham domínio das TIC e os alunos não tinham

acesso às mesmas, associados à dificuldade de aprendizagem dos alunos com deficiência e o impacto na saúde mental dos estudantes.

Em virtude da realidade que assola as classes menos favorecidas e mencionada anteriormente, alguns projetos não tiveram continuidade ou sequer iniciaram e com o objetivo de minimizar os impactos da pandemia na educação, os professores elaboraram atividades domi-

ciliares para os alunos que não tinham condições de acesso ao ensino remoto.

Mesmo com a ocorrência dos problemas mencionados, foram submetidos 53 trabalhos no total de 08 turmas, sendo duas dos 1ºs anos, três dos 2ºs anos e quatro referentes aos 3ºs anos, do ensino médio da Escola de Ensino Médio Dona Hilza Diogo de Oliveira, em Fortaleza/Ceará, no ano de 2020.

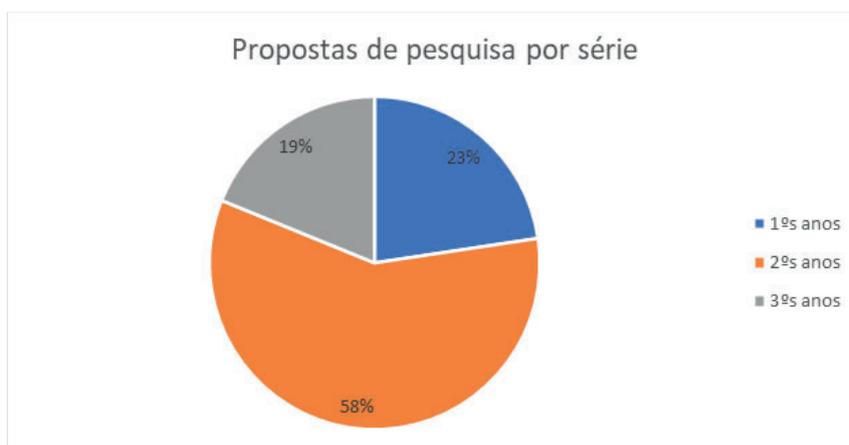


Figura 1 - Percentual de propostas de pesquisas por série em 2020 na EEM Hilza Diogo. Fonte: A Autora, 2021.

Os alunos foram orientados a desenvolver projetos de pesquisa individualmente, ou em duplas ou trios, trabalhando a pesquisa de campo na escola e de maneira virtual, por causa da Covid. A pouca quantidade de trabalhos apresentada pelos alunos da 1ª série foi provocada pelo baixo acesso às tecnologias digitais. A maioria dos trabalhos se deu na 2ª série, os alunos foram orientados a desenvolver suas investigações em suas comunidades, promovendo ações, fazendo uso da pesquisa de campo de forma não presencial. Estas turmas já vivenciaram o projeto no ano anterior, dessa forma, foi mais fácil a elaboração das pesquisas, além da quantidade de turmas ser maior do que o 1º ano e os alunos terem mais acesso às TIC. Quanto aos 3ºs anos, cujo foco já é o mercado de trabalho, identi-

ficou-se uma quantidade escassa de pesquisas, apenas dez, no total de quatro turmas, verificou-se o baixo acesso ao ensino remoto, além da desmotivação e objetivos diferentes, pois em primeiro lugar estão focados no mercado de trabalho, visto que, é uma comunidade carente e precisa de recursos para a sobrevivência, em segundo lugar está o ENEM (Exame nacional do Ensino Médio), dessa forma, para alguns alunos o projeto fica em segundo plano, mesmo contemplando o desenvolvimento das competências socioemocionais protagonismo, identidade territorial e a aprendizagem significativa.

O desenvolvimento do projeto não aconteceu de forma rígida, procurou-se respeitar o ritmo dos alunos e da escola, uma vez que, o projeto deu-se em contexto da pandemia da Covid

19, e consistiu em oportunizar a mobilização dos estudantes em suas diversas realidades para a construção da cidadania territorial local.

A realização do projeto se deu em diferentes fases: 1) identificação dos problemas locais pelos estudantes; 2) Escolha do macrocampo, ou seja, eixo mais abrangente onde os temas deverão surgir 3) Formação de grupos de trabalho e apresentação do diagnóstico de macrocampo; 3) Definição do tema de

projeto e do objeto de pesquisa;

4) Sessão da equipe de coordenação com os estudantes nas escolas; 5) Realização de trabalho de campo (aplicação de inquéritos de maneira virtual); 6) Elaboração do projeto de pesquisa 7) Apresentação da pesquisa 8) Elaboração do plano de ação; 9) Apresentação do plano de ação; 10) Divulgação das propostas dos alunos 11) Entrega dos relatórios 12) Avaliação do Projeto (Claudio, 2014).

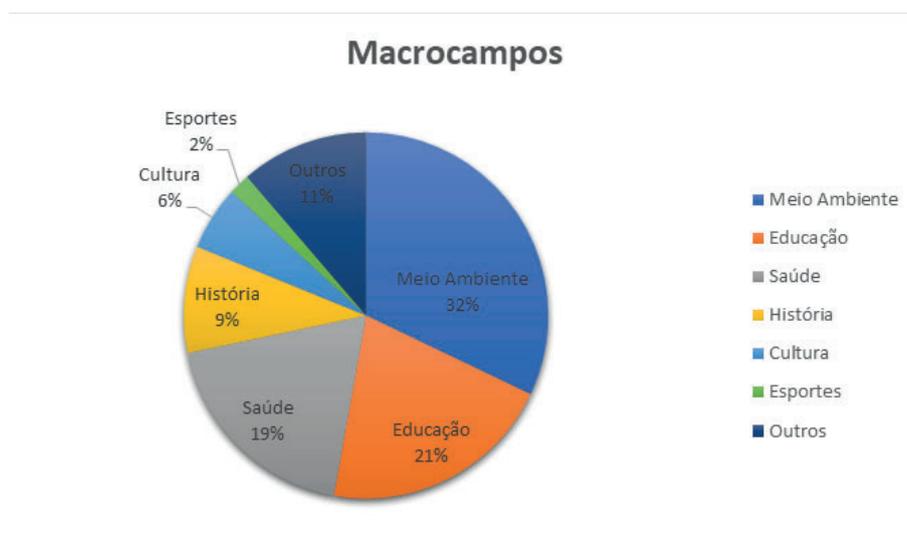


Figura 2 - Macrocampos trabalhados em associação no Projeto Nós Propomos e na disciplina de NTPPS. Fonte: A autora, 2021.

As propostas de trabalho mais frequentes apresentadas têm como Macrocampo, ou seja, área mais abrangente, e seu diagnóstico fundamentados em preocupações voltadas ao Meio Ambiente (32%), sobretudo investigações que envolvem o cuidado com os animais, a questão da poluição, do lixo e saneamento básico, que estão diretamente ligados saúde. Seguidas por propostas na área de Educação (21%), com pesquisas sobre Educação Especial (uso de LIBRAS), Cyberbullying, Evasão Escolar e Educação Ambiental.

Seguem projetos no âmbito da Saúde (19%), que abordam a temática da gravidez na adolescência, saúde mental dos alunos, a falta de saneamento bá-

sico, saúde da criança e do idoso. O macrocampo História foi desenvolvido por 9% dos alunos participantes, que abordaram a história do bairro onde vivem e as personalidades que auxiliaram na fundação e desenvolvimento do local. Quanto à Cultura foram desenvolvidas pesquisas sobre os centros culturais e seus efeitos, a relevância das feiras livres e a importância do Santuário Nossa Senhora da Assunção para a população local, perfazendo o percentual de 6% das pesquisas. Apenas 2% dos trabalhos envolveram a questão do esporte. Foi verificada pluralidade de temas, que estimulou a criação da categoria “Outros”, no entanto, não havia uma categorização, uma vez que, envolvia questões que

iam desde o uso do espaço público para o lazer das famílias, até o assédio praticado contra as mulheres também no espaço público, prostituição no bairro, passando por questões econômicas, segurança pública, racismo e gênero. Nesta diversidade, vimos refletidas a “inspiração construtivista do Projeto e a pluralidade de contextos em que trabalham os alunos” (Souto e Claudino, 2019).

No artigo *Citizenship in Higher Education Geography: A Draft Benchmark Statement* (2009), há o destaque para a Geografia como ciência que prepara cidadãos ativos espacialmente conscientes. Ela permite que os alunos desenvolvam uma consciência da relevância das questões em diferentes escalas, desde a escala local até o mundo globalizado. A formação para a cidadania

consiste em um desafio para professores e alunos, pois é necessário destacar a importância do conhecimento social acumulado pela humanidade e utilizá-lo de forma a compreender as relações entre os homens e entre estes no espaço e suas consequências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do Projeto promoveu o amadurecimento dos alunos. A princípio não se via interesse na participação das discussões, mas aos poucos, com a descoberta das competências socioemocionais e com a identificação dos problemas que lhes chamava atenção, passou a despertar o interesse pelas aulas de forma a contribuir no processo de pesquisa.

Consideramos, ainda, que o projeto poderia ser mais sa-

tisfatório caso tivesse um maior aporte em ferramentas digitais, fato que passou a ocorrer em 2021, com a aquisição de chips e tablets por parte do governo do estado para os alunos da rede pública estadual de ensino.

Devido aos problemas ocorridos no ano 2020, a proposta de associação entre o Nós Propomos e o NTPPS não conseguiu atingir a todos os estudantes da Escola de Ensino Médio Dona Hilza Diogo de Oliveira. No entanto, julgamos que o projeto contribuiu significativamente para a formação de cidadãos mais conscientes, destacando a importância da apropriação das ferramentas tecnológicas pelo estudante, pois as TIC trazem grandes potencialidades, acrescentam dinâmicas capazes de inovar o ensino/aprendizagem (Kenski, 2003; Belloni, 2005; Callai &

Santos, 2009). Consequentemente, facilitaram a aprendizagem significativa em Geografia, colaboraram para a formação de um sujeito crítico, participativo e protagonista de sua aprendizagem.

O Projeto Nós Propomos e a disciplina de NTPPS, direcionam o olhar do aluno para a comunidade, e a educação para cidadania se concretiza na realidade. Onde há a busca pela conscientização dos alunos a respeito da necessidade da criação de momentos para discutir a cidadania, a democracia participativa e a promoção de um caminho para interação entre a sociedade civil e o poder público, com o intuito de assegurar a médio e longo prazo uma participação plural e qualificada na gestão democrática das cidades (Bazolli, Silva e Viana, 2017).

2021.

REFERÊNCIAS

- Basquerotti Silva, A. T. (2020). “Dispositivos móveis na Educação Geográfica do Ensino Médio. Tese de doutoramento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Bazolli, J. A., Silva, M. V. C. & Viana, S. F. R. (2017). Manual Nós Propomos. Palmas: Universidade Federal do Tocantins.
- Belloni, M.L. (2005). O que é mídia-educação (2 ed.). Campinas: Autores Associados
- Brasil. Base Nacional Comum Curricular (2017). Educação é a base – Ensino Médio. Brasília, MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em 03 de julho de
- Cachinho, H. (2004). “Criar asas: do sentido da geografia escolar na pós-modernidade”. Disponível em http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/_pdf/A2_14Out_Herculan o%20Cachinho.pdf> Acesso em 25/05/2016.
- Cachinho, H & Reis, J (2007). “Educación Geográfica y Ciudadanía en Portugal: de los discursos a la práctica en los centros escolares”. Didáctica Geográfica, 3.ª época, 3 – 20.
- Callai, H., & Santos, M.F. (2009). Tecnologias de informação no ensino da geografia. In 10º Encontro Nacional da Prática do Ensino em Geografia, Porto Alegre/Br.

- Callai, H. (2011). Apresentação. In: CALLAI, Helena (org.) Educação geográfica: reflexão e prática. Ijuí: Editora Unjuí.
- Carlos, V. (2015). “Tecnologias de informação geográfica e a promoção do pensamento crítico espacial”. Tese de doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Cavalcanti, L. S. (2012). A geografia escolar e a cidade: Ensaio de Geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas: Papirus.
- Ceará. Núcleo Trabalho Pesquisa e demais Práticas Sociais (2018). Disponível em: < <http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/desenvolvimento-da-escola/87-pagina-inicialservicos/desenvolvimento-da-escola/8887-nucleo-trabalho-pesquisa-e-demaiss-praticassociais-ntpps>>
- Acesso em: 27 jun. 2021.
- Costa. F. (2010). Metas de Aprendizagem na área das TIC: Aprender Com Tecnologias. in Fernando Costa et al (2010). I Encontro Internacional TIC e Educação. Inovação Curricular com TIC. Lisboa. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. (931-936).
- Coutinho e Lisboa. (2011). “Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI”. Revista de Educação, Vol. XVIII, nº 1, págs. 5 – 22.
- Claudino, S. (2014) “Escola, Educação Geográfica e Cidadania Territorial”. Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de

diciembre de 2014, Vol. XVIII, nº 496 (09).

Claudino, S. e Conscução, R. (2019). “Educação Geográfica e Cidadania, o Projeto Nós Propomos! Em Portugal 2019/2020. *Giramundo*. v. 6, n. 11, págs. 7 – 16.

Claudino, S. e Mendonça, S. (2017). “Nós Propomos: uma proposta alternativa de educação geográfica na Iberoamerica.” In Bazppli, et al. (Org.). *A extensão universitária como indutora à cidadania: a experiência do “Nós Propomos”*. Palmas: Eduft, 2017.

Esteves, M. H. (2010). “Os percursos da cidadania na geografia escolar portuguesa”. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Eugeo (2013). Rome Declaration

on Geographical Education in IV EUGEO Congress, Rome.

Kenski, V. M. (2002) *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação*. Campinas: Papirus.

Lambert, David. (2017). *The Relevance Of Geography For Citizenship Education*. In: LEITE, Laurinda, DOURADO, Luís; AFONSO, Ana; MORGADO, Sofia (Ed.). *Contextualizing Teaching To Improve Learning The Case Of Science And Geography*. Hauppauge/ NY: Nova Science Publishers, 2017. 333p. p. 57-7.

Machon, Paul. & Walkington, Helen. (2000). *Citizenship: the role of geography?*. In: KENT, Ashley. (Ed). *Reflective practice in Geography Teaching*. Londres: SAGE, 2000. 306p p. 179-191.

MARTINS, Felisbela. (2017). Teaching to Develop Geographical Thinking. In: BROOKS, Claire, BUTT, Graham, FARGHER, Mary (Ed.). The Power of Geographical Thinking. SPRINGER. 238p p. 199-209.

Thematic network for Geography in higher education meeting. “Citizenship in higher education geography: a draft benchmark statement”. Herodot, Dublin, Ireland. 2009

Souto, Xosé Manuel, Claudino, Sérgio. (2019). “Construímos uma Educação Geográfica para a Cidadania Participativa. O caso do Projeto Nós Propomos!” Revista Signos Geográficos – Boletim NEPEG de Ensino de Geografia, v. 1, p. 1-16, 2019.

Unesco. (1996). Educação, um te-

souro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Porto: ASA.

UNESCO. (2011) Protótipos curriculares de Ensino Médio e Ensino Médio Integrado: resumo executivo. Série: Debates ED, n.1, Maio, 2011. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000192271> Acesso em: 04 de julho de 2021.

Unesco. (2016). Educação e tecnologias no Brasil: um estudo de caso longitudinal sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação em 12 escolas públicas. Disponível em < <https://cetic.br/pt/publicacao/educacao-e-tecnologias-no-brasil/> >Acessado em 24/02/2017

Vesentini, J. W. (2009). Repen-

sando a geografia escolar para o
século XXI. São Paulo: Plêiade.